

Lote 42, com a área de 300, confrontando pelo norte com o lote 43, pelo sul com o lote 41, pelo nascente com a área a ceder ao município para arruamento e pelo poente com Manuel Francisco Mestre.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 43, com a área de 330,15 m², confrontando pelo norte e nascente com a área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com o lote 42 e pelo poente com Manuel Francisco Mestre.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 44, com a área de 300,06 m², confrontando pelo norte com a área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 43 e pelo poente com o lote 45.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 45, com a área de 300,60 m², confrontando pelo norte com a área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 44 e pelo poente com o lote 46.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

Lote 46, com a área de 652,45 m², confrontando pelo norte com a área a ceder ao município para arruamento, pelo sul com Manuel Francisco Mestre, pelo nascente com o lote 45 e pelo poente com a área a ceder ao município para espaços verdes.

Atribui-se-lhe o valor de € 12 774,60;

As respectivas obras de urbanização foram licenciadas por deliberação desta Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada em 25 de Agosto de 2004, tendo sido fixado em € 587 631,71 o montante da caução que assegurará a boa e regular execução daquelas obras.

Aquela caução, a que se refere o artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, nos termos dos n.ºs 2 e 3 da mesma disposição, é prestada mediante hipoteca legal constituída sobre todos os lotes que integram a AUGI, sendo de € 12 774,60 a quota de comparticipação de cada lote nos custos de execução das referidas obras de urbanização.

O prazo fixado para conclusão de todas as obras de urbanização é de 12 meses contados da data do registo deste alvará, nos Serviços Municipais.

Deverão ser respeitados os condicionamentos de execução das referidas obras, indicados nos seguintes pareceres:

Do PMGIAS (n.º 43/02, de 4 de Novembro);

Da Portugal Telecom (ofício n.º 75/2002, de 8 de Maio);

Da SETGÁS (processo n.º 49/2002 e ofício com a referência DTC-AAP-C-620/2004, de 4 de Outubro);

Da EDP — Distribuição de Energia, S. A. (ofício n.º 1027/02/PSPC-LU, de 6 de Novembro de 2002), oportunamente remetidos à requerente.

Deverá ser considerado, na fase de execução das obras de urbanização, a instalação de recortes para colocação de contentores, para recolha de lixo doméstico e placas toponímicas na quantidade e com modelos e critérios a indicar oportunamente pelos serviços técnicos municipais.

Caso o colector B não se encontre em funcionamento antes da conclusão das obras de urbanização, terá de ser construída a ETAR prevista no processo da AUGI 3 e obtido o licenciamento junto da CCDR-LVT, para descarga dos efluentes provenientes da mesma na linha de água.

Será da responsabilidade do promotor do loteamento a regularização de quaisquer situações que venham a ser detectadas durante a fase de execução das obras, até à recepção provisória, resultantes de omissões e deficiências dos projectos, sejam as que digam respeito a questões intrínsecas à operação de loteamento, sejam as que de modo directo ou indirecto possam colidir com interesses públicos ou privados na envolvente da área a urbanizar.

A execução de passeios confinantes com os lotes a edificar poderá ser efectuada até à data da recepção definitiva das obras de urbanização, por conveniência da construção dos edifícios nos lotes, de forma a evitar a sua deterioração.

Os lancis dos passeios deverão ter largura mínima de 12 cm e deverão ser facetados nas zonas de acesso automóvel ao interior do lote.

O pedido de recepção provisória deverá ser efectuado no prazo máximo de 15 dias subsequentes ao termo do prazo para conclusão das obras de urbanização, findo o qual a Câmara procederá à realização de vistoria e deliberará sobre a caducidade da licença de obras de urbanização, caso se verifique não terem sido concluídas as obras de urbanização.

O pedido de recepção provisória, deverá ser instruído com os pareceres das entidades gestoras das diversas redes e acompanhado com o levantamento topográfico da área urbanizada (após a execução de

todas as obras de urbanização), contemplando o registo de todos os elementos físicos definidos na planta-síntese e nos projectos, relacionados com as obras de urbanização. O levantamento deverá ser efectuado com base no sistema de coordenadas geográfica nacional e entregue em material reproduzível ou em disquete formato DWG versão 14.

A redução da caução, quando requerida, será efectuada proporcionalmente sobre os lotes cujas comparticipações não estejam em mora, de acordo com o seguinte faseamento dos trabalhos:

- a) Com a execução dos trabalhos de infra-estruturas e até à recepção provisória das obras de urbanização — 80 %;
- b) Recepção definitiva das obras de urbanização — 20 %.

São cedidas ao município as parcelas de terreno a seguir indicadas, assinaladas na planta de cedências, que passa a constituir o anexo III a este alvará, devidamente assinada e autenticada:

Para domínio público:

- a) Área de 1627,25 m², destinada a espaços verdes e equipamento de utilização colectiva, assinalada na planta de cedências a verde;
- b) Área de 5022,60 m², destinada a arruamentos e passeios, assinalada na planta de cedências a preto.

Foi paga a importância de € 89 565,68 para reforço e manutenção de infra-estruturas, que deu entrada nos cofres municipais em 30 de Novembro de 2006, pela guia de receita n.º 3/23688/37124.

Foi paga a importância de € 5 471,40, pela emissão do alvará de loteamento, que deu entrada nos cofres municipais em 4 de Dezembro de 2006, pela guia de receita n.º 3/23812/37265.

Para constar se publica o presente aviso num jornal de expansão nacional e vai ser afixado edital de idêntico teor nos Paços do Município e na sede da Junta de Freguesia de São Lourenço.

3 de Maio de 2007. — O Vereador, com competência delegada na área do Urbanismo, *André Martins*.

2611016890

Aviso n.º 10 265/2007

Concurso externo de ingresso com vista ao provimento de um lugar existente da categoria de técnico superior de 2.ª classe, estagiário, da carreira de técnico superior generalista

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do vereador com competência delegada para a gestão dos recursos humanos de 2 de Maio de 2007, Daniel João Rocha Ventura foi nomeado provisoriamente pelo período de um ano para o provimento do lugar vago existente no quadro de pessoal da categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior generalista, precedendo concurso, ao abrigo do disposto nos artigos 4.º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, 6.º, n.º 6, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), e 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

Esta nomeação produz efeitos desde 2 de Maio de 2007, para a qual foi reconhecida a urgente conveniência de serviço. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Maio de 2007. — O Vereador com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611016891

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 10 266/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Abril de 2007, foram nomeados:

Técnica superior de biblioteca e documentação principal — Sónia Cristina Melato Carita, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 219, de 14 de Novembro de 2006.

Técnica superior de gestão principal, na área de recursos humanos — Ana Maria Fernandes Matias de Sousa, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado

no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 230, de 29 de Novembro de 2006.

Técnica superior de 1.ª classe, na área de comunicação social — Cristina Maria Pires, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 230, de 29 de Novembro de 2006.

Técnico profissional de arquivo especialista principal — Valdemar de Melo Pereira Alves e Isabel Maria Montoito Paixão, 1.º e 2.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 230, de 29 de Novembro de 2006.

Técnica profissional de arquivo especialista — Elsa Maria Pedrógão Martinho, única candidata classificada no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 230, de 29 de Novembro de 2006.

Técnico profissional de turismo especialista — João Pedro da Conceição Rosa, Júlio Manuel de Jesus Salema Esteves e José Mário Pina dos Santos, 1.º, 2.º e 3.º candidatos classificados no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 219, de 14 de Novembro de 2006.

Técnico profissional de secretariado principal — Carlos Manuel Abrunhosa Costa, único candidato classificado no concurso interno de acesso geral aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série (parte especial), n.º 208, de 27 de Outubro de 2006.

Os candidatos nomeados deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso. (Isento de visto prévio do Tribunal de Contas.)

24 de Abril de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
2611016552

Aviso n.º 10 267/2007

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Abril de 2007, foram celebrados contratos administrativos de provimento com José Adelino Braga Teixeira e Ana Luísa da Silva Antunes, como técnicos superiores estagiários, na área do ensino básico do 1.º ciclo. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

Aviso n.º 10 268/2007

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 10 de Abril de 2007, foi celebrado contrato administrativo de provimento com Alexandra Maria Silveira Pinto Pereira, como médica veterinária municipal estagiária. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

Aviso n.º 10 269/2007

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 19 de Abril de 2007, foi celebrado contrato administrativo de provimento com Hugo Miguel Matos Pereira como médico veterinário municipal estagiário. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso (extracto) n.º 10 270/2007

Torna-se público que, por despacho de 20 de Março de 2007, foram nomeados definitivamente na sequência de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, os seguintes funcionários:

Alberto Manuel Albino Francisco — reclassificado como motorista de transportes colectivos do grupo de pessoal auxiliar, índice 199, escalão 3.

Ana Cristina Ferreira Lourenço — reclassificada como tesoureira do grupo de pessoal administrativo, índice 233, escalão 2.

Ana Filipa do Nascimento Martins da Silva — reclassificada como assistente administrativa do grupo de pessoal administrativo, índice 199, escalão 1.

Ana Paula Nobre Pedrosa Costa — reclassificada como assistente administrativa do grupo de pessoal administrativo, índice 199, escalão 1.

Francisco José Porfírio Alves — reclassificado como assistente administrativo do grupo de pessoal administrativo, índice 199, escalão 1.

Maria da Conceição Cunha Francisco — reclassificada como assistente administrativa do grupo de pessoal administrativo, índice 199, escalão 1.

As reclassificações anteriores têm efeitos reportados a 28 de Fevereiro de 2007.

Maria Esmeralda Marques Costa Simões — reclassificada como auxiliar administrativa do grupo de pessoal auxiliar, índice 137, escalão 2, com efeitos a partir de 7 de Março de 2007.

8 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611016591

Aviso (extracto) n.º 10 271/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 9 de Maio de 2007, foi nomeada para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (relações públicas) Margarida Isabel Albino Marques Morais Ferreira.

9 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Soares Miguel*.

2611016590

Aviso (extracto) n.º 10 272/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 15 de Maio de 2007, foi nomeado para provimento de um lugar de motorista de pesados o candidato classificado em 1.º lugar no concurso efectuado José Carlos Ideia Caseirito.

16 de Maio de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Vereador, *Sérgio Paulo Nunes Galvão*.

2611016592

CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Aviso n.º 10 273/2007

Torna-se público que, em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, nos termos do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foram repositicionados os seguintes funcionários, por despacho de 12 de Março de 2007:

Lucinda Isabel Moreira Dias como técnica superior principal — com efeitos desde 17 de Abril de 2006.

Alzira Maria das Neves Torres como engenheira geotécnica assessora — com efeitos desde 1 de Agosto de 2004.

Hilário Júlio Moreira Jorge Coelho como técnico superior administrativo principal — com efeitos desde 28 de Novembro de 2005.

Laura Maria Gonçalves Ferreira Moreira como técnica superior de biblioteca e documentação assessora — com efeitos desde 11 de Outubro de 2004.

José Luís Monteiro como arquitecto assessor principal — com efeitos desde 31 de Dezembro de 2002.

Maria Fernanda Afonso como técnica superior de serviço social assessora principal — com efeitos desde 11 de Outubro de 2004.

Maria de Fátima Matos Vasques Ferreira como arquitecta assessora — com efeitos desde 13 de Junho de 2004.

15 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo*.

2611016807

Aviso n.º 10 274/2007

Torna-se público, em conformidade com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que, por despacho de 3 de Maio de 2007, nomeei para um lugar do quadro de técnico superior de 2.ª classe (área de ciências sociais) desta Câmara a licenciada Júlia Sandra Gomes Mendes, candidata